

AS INVASÕES HOLANDESA E A ORGANIZAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE DA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII

Túlio Ribeiro de Almeida¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo condensar a ampla literatura que trata das diversas invasões de tropas holandesas no litoral brasileiro e da organização da força terrestre na América Portuguesa no século XVII. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica. Inicialmente, é apresentado o contexto político, econômico do início do referido século. Em seguida, é abordado o conflito entre Portugal, sob domínio espanhol, e as tropas da Companhia das Índias Ocidentais. Na última parte, o texto aborda a organização das defesas luso-brasileiras antes e após o domínio holandês, seguido por uma conclusão.

Palavras-chave: invasões holandesas, conflito, organização militar, colônia.

ABSTRACT

This article has the objective of gathering the literature that deals with the Dutch invasion in the Brazilian coast, and the organization of the land forces in the Portuguese America during the 17th century. The method adopted was the bibliographic research. At first, it shows the political and economical context of the beginning of the century. At second, it deals with de conflict between Portugal, under the Spanish rule, and the West Indian Company's troops. In the end, the text deals with the organization of the Portugal's defences before and after the Dutch rule, followed by a conclusion.

Keys-words: Dutch invasions, conflict, military organization, colony.

1. INTRODUÇÃO

O século XVII é marcado pela disputa pela hegemonia política e econômica na Europa. A Espanha, sob a dinastia filipina, lutava para se manter como nação hegemônica e potência colonial, enquanto Inglaterra e França lutavam para conquistar espaço nesse contexto conturbado.

Portugal, que ora encontrava-se sob o jugo de um monarca estrangeiro, foi envolvida nos diversos conflitos que ocorriam no continente, tendo sua política externa ditada pela corte de Madrid. As Províncias Unidas que antes eram parceiras econômicas passaram a ser inimigas a partir das guerras contra a dominação espanhola. Consequentemente, os portos portugueses fecharam-se para esse antigo aliado que até então, tinha grandes investimentos na economia colonial portuguesa.

As capitanias do nordeste eram uma presa valiosa demais para serem ignoradas pelos comerciantes neerlandeses. Com uma exploração econômica lucrativa e defesas frágeis, Pernambuco era um alvo ideal para as poderosas forças militares da Holanda. Fora do rendoso comércio de açúcar, esta não teve alternativa senão tomar a força os territórios produtores da cana.

As incursões estrangeiras encontraram os domínios colônias portuguesas fragilizados pela união das coroas ibéricas e pela participação nas campanhas espanholas em Flandres. Pouco auxílio militar foi prestado pela metrópole, consequentemente, grande parte de resistência foi organizada e executada pelas poucas unidades regulares existentes na colônia e por milícias locais.

Quando as naus holandesas chegaram à América Portuguesa, pouco pode ser feito para proteger as localidades de Recife e Olinda, centros adminis-

¹ O Autor é Capitão da arma de Cavalaria Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Pós-graduado em Equitação pela Escola de Equitação do Exército. Atualmente, é instrutor da Curso de Cavalaria da AMAN.



trativos e econômicos da região açucareira. Em poucas dias, essas duas cidades foram tomadas e progressivamente as regiões vizinhas caíram sob o controle da Companhia das Índias Ocidentais. Contudo, a resistência contra a dominação estrangeira continuou por anos graças ao esforço de chefes militares experientes como Antonio Dias Cardoso, resultando em uma das mais importantes campanhas da história militar brasileira.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Antecedentes

Durante o século XVI e parte do século XVII, o império dos Habsburgo era a grande potência política, militar e econômica da Europa, chegando a possuir territórios em quatro continentes. A Espanha da época recebia metais preciosos das minas na América, controlava a venda da cana-de-açúcar do Brasil, fornecia escravos oriundos de entrepostos africanos, fornecia as especiarias oriundas do extremo oriente. O auge desse poderoso império ocorreu com o imperador e rei da Espanha Carlos V e seu filho Felipe II. Carlos Daróz (2016, p. 26) traz a seguinte visão desse contexto: “Carlos V era o soberano mais poderoso da Europa e tinha o desejo de construir um império unificado, com leis comuns e com uma mesma religião”.

Carlos, neto de Fernando e Isabel, herdou os reinos de Castela e Aragão com a morte de Fernando II, começando a dinastia dos Habsburgo na Espanha. Em 1519, Carlos sucedeu seu avô paterno como sacro-imperador, acumulando para si um poder nunca antes visto por um monarca europeu, detinha para si o controle da Espanha e suas colônias na América, o reino da Sicília na Itália, a Áustria, o Sacro-Império, o ducado de Borgonha e os Países Baixos. O império Habsburgo era a grande potência do século XVI controlando grande parte do mundo conhecido até então. Em 1556, Carlos abdicou dividindo sua herança entre seu irmão Fernando e seu filho Felipe, o primeiro ficaria com o Sacro-Império e o segundo com a Espanha e suas colônias.

Outro acontecimento que moldaria a política da europeia do século XVI foi a crise sucessória de Portugal que ocorreu com a morte de D. João III, em 11 de junho de 1557. Subiu ao trono seu neto Sebastião, que

assumiu como D. Sebastião I. Como ainda era considerado menor de idade, o governo foi conduzido por sua avó Catarina da Áustria como regente. Em 1570, no entanto, desapareceu durante a Batalha de Alcácer Quibir, provavelmente morto em combate, no Marrocos. Com o trono vago, seu tio-avô Cardeal D. Henrique subiu ao poder. Este, porém, já era idoso, não possuía filhos e logo faleceu. Após a morte de D. Henrique, o candidato mais forte ao trono português era Felipe II, filho de Carlos V, foi aclamado Rei de Portugal pela nobreza e burguesia lusitana.

Felipe II, Felipe I em Portugal, e seus descendentes mantiveram grande parte da autonomia dos reinos. Manteve o sistema burocrático, a língua portuguesa nas documentações e ofícios portugueses em função chave. Contudo, a administração do Estado do Brasil sofreu algumas modificações ao longo do reinado da dinastia filipina: a coroa exerceu maior controle sob as finanças da colônia através de funcionários reais e criou órgãos fiscalizadores. Houve também uma preocupação com a construção de fortalezas e melhoria das defesas da colônia que eram quase inexistentes.

Outra consequência desta união foi a negligência do Tratado de Tordesilhas. Consequentemente, ocorreu neste período grande interiorização no continente sul-americano. Bandeiras, oriundas especialmente da São Paulo, desbravaram os sertões em busca de ouro e de indígenas cativos para as lavouras, e missões jesuíticas fincaram a presença lusitana em regiões que antes pertenciam à Espanha. Contudo, uma das maiores consequências da união das coroas ibéricas, dentro do contexto político da Europa, foi o rompimento das antigas relações comerciais entre Portugal e Holanda resultando na invasão holandesa no nordeste brasileiro.

O nordeste do Estado do Brasil era, então, a região mais próspera da América Portuguesa. Os engenhos de cana produziam o açúcar que supria o mercado Europeu e trazia enormes riquezas para Portugal e seus parceiros econômicos. A capitania de Pernambuco se destacava na colônia pela expressiva produção açucareira, graças aos lucros obtidos dessa produção, a cidade de Olinda tornou-se um dos principais centros urbanos da colônia e o porto do Recife passou de uma simples vila de pescadores para um movimentado ponto comercial. A região cresceu de importância com a queda dos lucros do comércio de especiarias vindas dos entrepostos do extremo oriente, Pernambuco tornou-



se uma das principais fontes de renda da coroa portuguesa. Evaldo de Cabral de Mello traz em seu livro “O Brasil Holandês” (2010, p. 30) a visão do comerciante holandês Jan Andries Moerbeek das riquezas produzidas na colônia lusitana:

Desta terra do Brasil, podem anualmente ser trazidas para cá e aqui vendidas ou distribuídas anualmente 60 mil caixas de açúcar. [...] Donde resulta que a Companhia terá ainda um lucro anual de dez toneladas de ouro. O pau-brasil, que compete anualmente ao rei da Espanha, vale uma tonelada de ouro, livre de despesas [...] De outras diversas mercadorias, como tabaco, gengibre, xaropes, doces e etc., a Companhia tirará anualmente um lucro de três a quatro toneladas de ouro.

Do outro lado do atlântico, o poder da Espanha era desafiado pelos holandeses. Aumento de impostos, disputas religiosas e exclusão das elites locais da condução política motivou a revolta. Guilherme de Orange liderou o levante das províncias insatisfeitas contra o governo do representante espanhol, Duque de Alba. Após a morte de Guilherme, seu filho Maurício continuou o conflito auxiliado pela Inglaterra. A paz viria somente em 1648 com a paz de Westfalia, que pôs fim à guerra dos 30 anos.

2.2 A Invasão

Com a eclosão da guerra entre Espanha e as Províncias Unidas, os portos portugueses e de suas colônias foram fechados para embarcações batavas. Portugal viu-se em meio a um conflito que pouco lhe interessava, pois muito do capital utilizado na construção e no financiamento de engenhos vinha da Holanda, e esta era importante parceira econômica do reino de Portugal. Sabedores das riquezas produzidas na região nordeste da América Portuguesa, e com o essa importante fonte de renda impedida, a Companhia das Índias Ocidentais organizou uma poderosa força militar para conquistar aquele território a força. Evaldo Cabral de Mello ainda aponta sobre as vantagens de uma invasão ao nordeste brasileiro: “Por fim, o Brasil poderia proporcionar excelente base de operações contra a navegação espanhola no Caribe, contra a navegação portuguesa com o Oriente, [...]” (MELLO, 2010, p. 19).

Apesar de ser capital da colônia portuguesa,

Salvador contava com poucas defesas militares, apenas oitenta soldados profissionais e fortes antiquados. Além disso, não contava com barcos para patrulhar a costa. Em 1624, chegou de Madrid o informe de que poderosa frota partira da Holanda com destino à Bahia. A esquadra invasora contava, segundo a “História do Exército Brasileiro vol. 1” (1972), com vinte e seis navios armados com quinhentos canhões, 3300 homens, e destes, 1700 eram soldados para combater em terra. Esta imponente força tinha como líderes o almirante Jacob Willekens e o coronel Van Dorth. Apesar da resistência das forças portuguesas, em 10 de maio de 1624, a sede do Governo-Geral do Estado do Brasil caía em mãos holandesas. Entretanto, a dominação estrangeira na Bahia duraria pouco. Após rigoroso cerco, auxiliado por tropas oriundas de diversas capitânicas e da própria metrópole, D. Fradique de Toledo, comandante da força auxiliadora vinda de Portugal, entrou triunfalmente em Salvador, em 1º de maio de 1625.

Contudo, a história das invasões holandesas não terminaria por ali, o próximo alvo da Companhia seria a capitania de Pernambuco. Conforme Varnhagen (2002, p. 72), “Lançou, pois, suas miras cobiçosas a Pernambuco, mais perto da Europa, e cuja, ocupação julgou mais rápida e rendosa, [...]”. Consequentemente, cinco anos mais tarde, outra poderosa frota vinda da Holanda foi avistada no porto de Recife sob o comando de Henrique Cornelis Loncq e do coronel Waerdenburg. Em 15 de fevereiro de 1630, 3.000 homens desembarcaram nas proximidades de Olinda. O governador Matias de Albuquerque ofereceu combate aos invasores nas imediações do rio Doce, mas a desvantagem numérica e material forçou o retraimento das forças pernambucanas. Em Olinda, Albuquerque ainda tentaria mais uma vez barrar o avanço inimigo, contudo foi obrigado a retirar-se para continuar a luta em Recife deixando a capital da capitania para trás. Ao chegar naquela importante cidade comercial, o governador reforçou as defesas do local: queimou armazéns repletos de valiosas cargas e afundou navios junto ao porto. No dia 20, o tenente-coronel holandês Van Callenfels sofreu pesadas baixas ao atacar o forte de São Jorge, que capitularia em 2 de março. Em 3 de março, ocorreu a ocupação de Recife, Matias de Albuquerque refugiou-se no interior junto com alguns luso-brasileiros e no Arraial do Bom Jesus continuaram a resistência contra a tropa holandesa.



Com o passar dos anos, o domínio holandês na costa brasileira foi aumentando. Por fim, em 1635, a WIC, sigla da Companhia das Índias Ocidentais, havia conquistado a Paraíba, o Arraial do Bom Jesus e o cabo de Santo Agostinho, impelindo Matias de Albuquerque para o sertão. Após ter grande parte do nordeste do Brasil ocupado e pacificado, a Companhia nomeou o conde João Maurício de Nassau como governador das terras recém conquistadas. Nassau tinha o caráter liberal e tolerante, incentivou a vinda de judeus e protestantes para Pernambuco. Trouxe consigo uma comitiva de artistas e intelectuais visando reformar as cidades de Recife e Olinda, fazendo profundas reformas urbanísticas na região, financiou a recuperação da produção de açúcar através de empréstimo aos senhores de engenho. De acordo Cabral de Mello (2010, p. 161), “Os sete anos de governo de João Maurício de Nassau-Siegen (1637-44) constituíram um interregno de relativa paz entre dois períodos de guerra, tornando-se destarte uma espécie de Idade de Ouro do Brasil holandês”.

Porém, a Companhia julgou que os gastos de Nassau com a reestruturação de Recife foram extremamente elevados e desnecessários, vindo a destituí-lo em 1642.

2.3 A Insurreição Pernambucana

O novo governo holandês revogou muitas das políticas de Maurício de Nassau: cobrou dívidas dos senhores de engenho e reduziu a tolerância religiosa contra católicos, estava lançada a semente para a revolta. Aos poucos, a WIC indispsôs-se com a elite açucareira pernambucana. Concomitantemente na Europa, Portugal conquistava sua independência da Espanha através de conflito armado que durou 28 anos. Para dedicar-se à guerra de restauração, D. João IV, novo monarca português, assinou acordo de paz com a Holanda.

O novo acordo de paz entre portugueses e holandeses permitiu a livre circulação de luso-brasileiros pelos domínios da WIC. O Governador-Geral Antônio Teles da Silva aproveitou essa brecha para enviar emissários para insuflar a população contra o domínio estrangeiro. Auxiliados secretamente por D. João IV, e pelo Governo-Geral na Bahia, os pernambucanos aos poucos criaram as condições para a insurreição.

O plano inicial dos insurretos foi frustrado pela

traição de Fernão Corte Real e Sebastião de Carvalho impedindo a captura rápida de Recife, resultando no prolongamento do conflito por nove anos. Em resposta, o governo holandês mandou prender as principais lideranças do movimento, mas encontraram somente casas vazias.

Ao longo dos anos de conflito, ocorreram inúmeras escaramuças entre os chamados “Patriotas” e as tropas batavas. O primeiro embate ocorreu na localidade de Ipojuca onde 400 homens comandados por Amador de Araújo cercaram a guarnição holandesa no mosteiro local. Em 3 de agosto de 1645, ocorreu a Batalha do Monte das Tabocas, primeiro embate entre a tropa luso-brasileira e o Exército Holandês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, que resultou em estrondosa vitória dos nativos. Porém, foi em 19 de abril de 1648 que ocorreu o mais famoso embate entre as forças beligerantes, a Primeira Batalha dos Guararapes. Nela, cerca de 2.200 soldados insurretos bateram-se contra mais de seis mil holandeses e saíram vitoriosos. Varnhagen assim descreve o desfecho de Guararapes:

A ação durou apenas de três a quatro horas, por se acharem os dois contendores extenuados. Os nossos nada haviam comido desde mais de 24 horas; e o inimigo tendo 515 mortos e 523 feridos, dos quais, aproximadamente, mil ficaram no campo. Além do seu general, ferido em um artelho, tivera fora de combate todos os coronéis e oficiais superiores, excetuando um, o Coronel van den Brande, subindo a 74 a perda total dos oficiais, dos quais alguns morreram depois, das feridas, no Recife. (VARNHAGEN, 2002, p.238)

Em 17 de fevereiro de 1649, repetia-se o feito, mais uma vitória dos nativos na Segunda Batalha dos Guararapes. Isolados na região litorânea, os holandeses perderam a supremacia naval com a eclosão de guerra contra a Inglaterra. Mais tarde, em 14 de janeiro de 1654, o exército patriota cercou Recife por terra enquanto poderosa frota enviada por Portugal composta de 44 navios fechava a entrada dos portos. Finalmente, no dia 26, os holandeses assinaram a rendição e a guerra, que durara 30 anos, chegava ao final.

2.4 A Organização da Força Terrestre na América portuguesa

O historiador Carlos Daróz em seu livro “A



Guerra do Açúcar” (2016), faz um retrospecto da história militar portuguesa. Segundo ele, a doutrina militar portuguesa foi moldada nos diversos conflitos em que a nação lusitana se viu envolvida. Começando pelas guerras de reconquista contra os mouros até as campanhas da expansão ultramarinas. Porém, o caráter feudal esteve presente nos séculos posteriores, não havia, portanto, uma distinção clara entre milícia, tropas regulares e outras instituições militares.

Desde os primeiros tempos, os reis de Portugal se preocuparam em organizar e preparar o reino para as futuras campanhas militares, sejam elas defensivas ou ofensivas. O primeiro conjunto de leis com esse objetivo foi o “Regimento dos Coudéis”, criado por D. Duarte I para estipular as obrigações de seus súditos em campanha. Tal regimento foi seguido por outros diversos nos anos posteriores, “Ordenações Afonsinas”, “Lei de Armas”, “Regimento dos Capitães-mores” e outras. Uma das mais importantes para a organização das defesas da colônia na América foi a criação das Companhias de Ordenanças, que dava a todo súdito o dever de se armar e defender o reino em caso de invasões.

O “Regimento dos Capitães-mores” de 1570 e a “Provisão sobre as Ordenanças” de 1574, ambas criadas no reinado de D. Sebastião I, determinavam que cada vila ou cidade deveria ter um Capitão-mor auxiliado por um Sargento-mor. Estes deveriam saber quantos homens existia na localidade, alistar os capazes de combater nas companhias de ordenanças e nomear seus oficiais. Cada companhia era composta por 250 homens, quatro companhias formavam um terço de ordenanças e três terços formavam um Regimento de Ordenanças a 3.000 homens.

Na colônia, as ameaças eram constantes, seja pelos permanentes conflitos contra os nativos, seja pela ameaça de invasão estrangeira. O grande responsável pela defesa do Estado do Brasil era o Governador-Geral, que de Salvador deveria coordenar as forças das capitânicas em caso de qualquer invasão.

A defesa da colônia era especialmente baseada nos fortes e nos engenhos. Os primeiros deveriam defender a costa enquanto os segundos o interior. Desde os primeiros anos da exploração portuguesa foram criados pequenos fortins, que funcionavam como entrepostos comerciais chamados Feitorias. Mais fortes foram criados com o passar dos anos, sendo os principais deles: Em Bertioga (1557), no Rio de Janeiro

(1565’), Forte dos Reis Magos (1597), Forte do Presépio (1616), entre outras fortificações e vilas fortificadas que foram surgindo em pontos importantes da ocupação portuguesa.

Enquanto os fortes eram os elementos de defesa da costa, os engenhos eram a peça fundamental para a defesa do interior. As Casa-grande eram fortificadas para servirem como bastião contra investida de índios ou ex-escravos de quilombos. Costumeiramente, elas eram construídas no alto de uma elevação que dominava toda a região circundante. Para defender os engenhos, os senhores utilizavam toda mão de obra disponível, livre ou até mesmo escrava.

Segundo o livro “História do Exército Brasileiro vol.1” (1972) do Estado-Maior do Exército, muito do que se sabe da organização militar do Estado do Brasil na década anterior à primeira invasão holandesa em 1624 é baseado no “Livro que dá Razão do Estado do Brasil”, escrito pelo Sargento-mor do Estado Diogo de Campos Moreno. Segundo o livro mencionado, existia a época os seguintes tipos de tropa: a de presídio, ou guarnição, a paga e a de Ordenanças, ainda com influência da legislação criada por D. Sebastião.

Na capitania da Bahia de Todos os Santos, havia duas companhias de infantaria, a Guarda do Governador, e elementos de guarnição das fortificações. Cada companhia de infantaria era composta por um Capitão, um Alferes, dois Sargentos, dois Tambores, dez Mosqueteiros, quarenta arcabuzeiros, um Pajem de gineta e um Embandeirado do alferes. A Guarda do Governador era composta por 20 militares. Cada fortificação possuía um Capitão, um Condestável, um Cabo Mosqueteiro, doze Soldados Mosqueteiros sendo que apenas os fortes de Santo Antônio e Itapagipe eram guardados. Existia também oficiais da milícia pagos: Vigia do Mar e Barra, Procurador dos Índios Forros, um Alferes de gente a cavalo. Nas Ordenanças havia cerca de mil infantes e cinquenta cavalários em Salvador e no Recôncavo.

Na capitania do Rio de Janeiro, havia dois capitães (um para cada forte), um condestável, um tambor, dois cabos-de-esquadra e 28 soldados (14 para cada forte). Os oficiais de milícia pagos eram o capitão-mor, o sargento-mor, e o procurador dos índios.

Em Pernambuco, existia um capitão, um alferes, um sargento, dois cabos-de-esquadra e 60 soldados (15 mosqueteiros e 45 arcabuzeiros), um tambor,



um pajem de gineta, um embaeirado. As guarnições dos fortes eram compostas por um capitão, um alferes, um condestável, um bombardeiro, um tambor e quinze soldados mosqueteiros, sendo que apenas o Forte Velho do Recife e o Forte Novo da Laje eram guarnecidos. Nas tropas de Ordenanças, havia nove companhias de infantaria e duas de cavalaria.

Na Paraíba, apenas o Forte do Cabedelo era guarnecido, ele possuía um capitão, um alferes, um condestável, dois bombardeiros, um cabo-de-esquadra, dez soldados mosqueteiros e dez arcabuzeiros, um tambor e um embaeirado, além de duas companhias de infantaria e trinta cavalarianos nas tropas de Ordenanças.

Em Itamaracá havia uma companhia de Ordenanças e 20 cavalarianos, Além de 5000 índios flecheiros.

As demais capitânicas possuíam suas forças militares, seja de presídio ou de Ordenanças. Contudo, não tiveram papel importante fundamental na luta contra os holandeses.

Durante os trinta anos de conflito (1624-1654), a mentalidade portuguesa de fazer guerra foi testada. Na maior parte dos embates, as tropas luso-brasileiras estavam em menor número e enfrentando uma das forças militares mais experientes da Europa. Nesse contexto, a organização das companhias de Ordenanças se mostraram eficientes e versáteis, possibilitando a rápida adaptação conforme a missão e o inimigo.

E a participação fundamental das tropas de Ordenanças não passou despercebida pela Metrópole que tratou logo de aperfeiçoar esse sistema de serviço de milícia. O Regimento trazido pelo Governador-Geral do Brasil, Roque da Costa Barreto, trouxe prescrições relativas à inspeção e melhoramento das fortificações, estabelecia três revistas anuais das Ordenanças, divididas em companhias.

Tanto as Guerras Holandesas quanto as expedições bandeirantes, estas muitas vezes organizadas por iniciativa particular sem participação do governo colonial, permitiram que a mentalidade combativa se entranhasse na alma popular. As constantes campanhas, seja contra o invasor estrangeiro seja contra o nativo aguerrido, criaram uma verdadeira população em armas, transformando todo cidadão, e muitas vezes escravos, em soldados prontos a defender a coroa portuguesa, a fé católica ou seus interesses financeiros particulares.

Em Pernambuco, após a expulsão da WIC, as forças militares e seu adestramento foram estruturadas por ordem régia. Conservou os militares de profissão e dispensou do serviço os demais, formou dessa forma, uma força de 6500 infantas e 800 cavalarianos e 8 peças de artilharia, uma força expressiva para a época. Cada comarca deveria dispor de um terço e cada freguesia de uma companhia.

Anos mais tarde, o Governador do Brasil, Conde de Óbidos, reformou mais uma vez a organização das tropas, cada freguesia teria uma companhia de infantaria ou de cavalaria de Ordenanças, formando-se dois regimentos subordinados a dois coronéis, nomeados pelo rei. Essas reformas ficaram conhecidas como “reforma do Conde de Óbidos”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chamada Guerra Holandesa, conhecida também como guerra do açúcar, Guerra dos 30 anos brasileira e outras denominações, foi um dos maiores empreendimentos militares do período colonial do Brasil. Por mais de 30 anos, as forças coloniais portuguesas lutaram contra uma das potências militares do século e trouxe grande evolução para doutrina militar de Portugal. Devido à importância deste evento, grande número de historiadores dedicaram-se ao tema. De Manuel Calado, no século XVII, seguido por Varnhagen no século XIX, Evaldo Cabral de Mello, além de estrangeiros como o inglês Charles Boxer, a maior campanha militar do período colonial e seus desdobramentos podem ser estudados em inúmeras obras.

No ponto de vista militar, é possível enumerar as seguintes contribuições: a confirmação das companhias de Ordenanças, criando uma força mobilizável de considerável valor e adestramento, sendo essas pequenas unidades que resistiram ao invasor holandês; outra importante consequência das campanhas foi o surgimento da chamada guerra brasílica, onde os conhecimentos da terra e a maneira de combater dos índios fora adaptada pelos colonos para a luta contra uma força numericamente superior; e finalmente a construção e ampliação de diversos fortes pelo litoral na época da dominação holandesa.

Mas os desdobramentos das invasões holandesas vão muito além, Portugal saiu da união com a Es-



panha com suas finanças desgastadas pelas constantes campanhas militares, perdeu importantes possessões coloniais no extremo oriente, e começou a sofrer com a concorrência do açúcar holandês produzido nas Antilhas. Todos estes fatores contribuíram ainda mais para o crescimento de importância da colônia no continente americano. Portugal, após a restauração, deixa de ser uma das mais importantes potências europeias e passa a desempenhar um papel secundário na geopolítica do velho continente.

REFERÊNCIAS

DARÓZ, Carlos Roberto de Carvalho. A Guerra do Açúcar. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2016.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério do Exército. Exército Brasileiro. HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: VOLUME 1. Brasília-DF: Estado-Maior do Exército, 1972.

MELLO, Evaldo Cabral de. O Brasil Holandês (1630-1654). São Paulo: Penguin Classics, 2010.

_____. Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª ed. São Paulo, Editora 34, 2007.

PEREIRA, José Geraldo Barbosa. A Restauração de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

VARNHAGEN, Francisco A. de. História das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 até 1654. 2ª ed. Biblioteca do Exército Editora, 2002.

PERSONAGENS DA HISTÓRIA MILITAR – CARLOS V. Disponível em: <<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2009/10/biografia-carlos-v.html>>. Acesso em: 15 jun 2018.

